

PENSANDO O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO RN

Úrsula Andréa de Araújo Silva*

O texto que se segue é fruto de uma intenção de tese de doutoramento em Educação tendo como objeto de estudo o livro de História do Rio Grande do Norte que é utilizado no 4º ano do Ensino Fundamental. Desta forma, não serão apresentados resultados porque a pesquisa ainda será desenvolvida.

Ao tomar contato com a bibliografia produzida sobre ensino de História e sobre livros didáticos de História pudemos perceber a lacuna e a preocupação dos autores em expandir esse campo do conhecimento, pois é um campo novo e ainda carente de estudos que aprofundem suas questões. É recorrente a queixa dos estudiosos de que a produção atual ainda não ultrapassa o limite da mera descrição dos materiais didáticos e a própria dificuldade de determinar o que eles são dependendo da época estudada. É óbvio que um certo grau de descrição é necessário como um impulso inicial para o passo seguinte e mais importante que é a problematização do estudo seja em qual nível for. Para termos uma idéia do quadro geral da produção sobre Educação tomemos as considerações de Thais Nivia de Lima e Fonseca: por volta de 66% dos estudos levantados concentram-se nos temas dos currículos e programas para o ensino de História, sendo o livro didático de História o campeão com 40% dos trabalhos, quanto ao período histórico 80% interessam-se pela República e 20% pelo Império, o período Colonial não foi contemplado por não se considerar o ensino sistematizado nessa época como uma disciplina escolar.¹ Segundo a mesma autora, esses trabalhos apresentam inconsistência teórico-metodológica, pois não utilizam autores, ao seu ver, indispensáveis e mesmo quando eles constam na bibliografia parecem não terem efetivamente feito parte do trabalho.

Nenhum estudo há sobre o livro didático de História do Rio Grande do Norte, mesmo quando existe um movimento de dimensões internacionais que visam entender esse objeto complexo. No caso do nosso livro temos uma precária produção centralizada nos eventos em torno da capital do estado, palco privilegiado dos eventos pela centralidade, e acrescido por episódios locais dos interiores que lhe dão visibilidade temporária.

* Professora substituta do Departamento de História da UFRN, onde graduou-se e obteve o título de mestre.

¹ FONSECA, Thais Nivia Lima e. **História e ensino de História**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 30.

Dessa forma, quero propor um trabalho que problematize nosso livro didático em três aspectos: produção, circulação e recepção. A partir disso, poderei vislumbrar a proposição de novas estratégias para o ensino da História do nosso estado que é tão rico e que precisa ser entendido enquanto produtor de História e como História do Brasil, não como parte separada da lógica nacional, mas como uma das histórias possíveis formadoras da História Nacional e do mundo.

Apesar de ser acusado como o principal culpado pela precariedade da Educação escolar, o livro tem ocupado um lugar central na escola, por isso alguns docentes são neutros quanto a sua eficácia e outros o vêem positivamente. Ele é o material referencial básico para professores e alunos. O livro didático é um objeto de natureza complexa e precisa ser entendido em suas várias facetas.² Como mercadoria atende às exigências da indústria editorial e “impõe uma forma de leitura organizada por profissionais e não exatamente pelo autor.”³ Contudo, o livro didático é limitado e condicionado por uma série de razões externas como economia, ideologia e técnica. Para Circe Bittencourt, quando os conteúdos são simplificados, impossibilitam a reflexão dos alunos e vamos além afirmando essa restrição aos professores do Ensino Fundamental desprovidos de formação histórica, além disso, descartam-se as possibilidades de possíveis discordâncias. Porém, o sucesso depende tão somente do uso feito pelo professor que pode transformá-lo em material mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo. Ela atenta ainda para o poder⁴ do professor que além de escolher o livro com o qual irá trabalhar, determina seu uso na sala de aula.

É comum utilizar-se como fonte de pesquisa ou mote inicial de aula uma gravura, pintura ou texto de determinada época. “Podemos dizer que todos esses documentos são obras humanas não sendo possível, segundo Bakhtin, lê-los ou compreendê-los como simples objetos ou coisas que exemplificam contextos.”⁵ Ali existem sujeitos que produzem sentidos específicos para a realidade retratada. É preciso destacar as considerações de Bakhtin ao apontar que quando retomamos essas fontes e obras, o que importa são os diálogos que podemos compor no presente através de

² BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____ (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 73.

³ Id, p.71.

⁴ Sobre relações de poder consultar FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2001.

⁵ TERRA, Antonia. História e dialogismo. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 100-1.

múltiplas relações com outros autores e fatos. Isso impossibilita os alunos de conhecerem contextos históricos complexos, saindo das simples explicações causais.

Dentro de uma perspectiva do ensino de História, as reflexões de Bakhtin orientam, nesse sentido, para outro tipo de possibilidade de estudo na utilização de documentos como recurso didático. Elas evidenciam a importância da procura do enunciado construído pelo autor em sua obra e a necessidade da recuperação dos diálogos mantidos entre os sujeitos históricos que falam e dialogam, mesmo em tempos distantes, incluindo, com igualdade de situação, o sujeito contemporâneo – o aluno, a classe e o professor, com seus universos culturais e seus espaços resguardados para a construção de novos enunciados.⁶

Portanto, acreditamos que no nível do Ensino Fundamental é imprescindível oferecer ferramentas atrativas para despertar nos alunos o gosto pelo estudo da História para essa disciplina torne-se estimulante para entender o passado e suas conseqüências no presente.

Um pequeno histórico

De acordo com Circe Bittencourt, a disciplina História mantêm-se nos currículos devido a sua finalidade que emana do Estado que é propagar sua ideologia. Porém, durante o período militar, a disciplina História havia saído dos currículos do primeiro grau sendo substituído por Estudos Sociais. Mantinha-se precariamente nas séries do segundo grau em razão dos exames vestibulares. Durante a ditadura ocorreu uma violenta separação das pesquisas historiográficas das universidades brasileiras e estrangeiras e a produção escolar, destacando-se a formação através de cursos à distância. Com a redemocratização nos anos 1970 insere-se no debate a volta das disciplinas História e Geografia no primeiro grau.

Na década de 1970 o aprofundamento dos estudos sociológicos levou à discussão sobre o conhecimento escolar, questionando sua eficácia e seus métodos. Verificou-se então que a escola além de promover uma seleção cultural dos conteúdos

⁶ TERRA, Antonia. História e dialogismo. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 103.

fazia a adaptação do conhecimento acadêmico para o saber escolar, o que ficou denominado como transposição didática.⁷

Os estudos da década de 1970 estiveram mais centrados na instituição escolar, suas políticas, pensamento pedagógico e metodologias. Essa perspectiva de trabalho advinha da idéia do Estado como centro do processo histórico, desconsiderando um movimento maior que acontecia na Europa integrando a História Cultural como referencial de análise que pudesse ajudar a compreender a complexidade do processo escolar.

Exercendo sua função de formação do cidadão foi que a História ganhou centralidade e motivo pelo qual pôde ser sistematizada e convertida em disciplina escolar, o que lhe conferiu maior abrangência. Ao longo do século XIX a questão do método dizia respeito à pesquisa tradicional, mas já se interessava pelo ensino de História nas escolas primárias e secundárias. É a partir daí que a História consolida-se como disciplina escolar carregando consigo a marca de uma perspectiva nacionalista que servia aos interesses do Estado. Essa é uma marca que ainda tentamos atenuar, pois ainda ensinamos História para fortalecer a moralidade e marcar exemplos memoráveis de grandes homens, ainda que na Universidade tenhamos um quadro bastante diferente no qual valorizamos a individualidade, as histórias de vida, os anônimos.

É essa mesma Universidade que produz ano após ano pesquisas oferecendo dados novos ou revisão de assuntos e fontes anteriormente trabalhadas, contudo, a inserção desses estudos nos livros e salas de aula demora bastante para ocorrer e mesmo quando novos dados são incorporados ocupam um pequeno espaço, configurando-se quase como uma curiosidade. Isso pode ser atribuído à falta de especialização e formação histórica dos professores que atuam nas séries do Ensino Fundamental e pela dificuldade de acesso aos mais recentes estudos que, geralmente, não ultrapassa os limites do espaço acadêmico ou não atingem o grande público nem mesmo os professores.

Acreditamos que o ensino no nível Fundamental hoje precisa de uma revisão posto que ele é a base para as demais séries e que é ali que devemos como educadores fazer despertar o gosto pelo conhecimento, por isso ele não deve ser enfadonho, mas também não pode limitar-se ao anedótico. Uma conjugação entre conteúdos e “curiosidades” pode fazer a diferença na sala de aula. A apresentação e a utilização de

⁷ Para maiores informações consultar FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 17-8.

fontes, documentos, crônicas representam uma pequena parcela da diversidade de materiais que podem ser inseridos no cotidiano escolar e causar bons resultados. Pensamos que essas novas metodologias podem encaixar-se bem nesse nível, pois na faixa etária que abrange ainda é preciso seduzir e, sobretudo, tornar o passado palpável e interessante nos seus moldes.

Acreditamos que a interdisciplinaridade é uma ótima ferramenta de trabalho que apresenta resultados excelentes quando trabalhada de forma adequada. Porém, isso não significa que uma disciplina necessite ser concorrente ou figurar como disciplina auxiliar da outra como acontece no livro didático de História do quarto ano do Ensino Fundamental. A divisão do livro didático de História com a disciplina de Geografia acarreta prejuízos ao trabalho desenvolvido nessas disciplinas. Ocorre também uma confusão na divisão de conteúdos por disciplina decorrente da disposição oferecida no livro didático, pois assuntos que devem ser tratados pelo viés histórico têm sido elencados como conteúdos de Geografia, além do fato da carga horária ser geralmente reduzida por causa dessa divisão, ou seja, figuram como disciplinas auxiliares mutuamente e não gozam do mesmo prestígio que outras disciplinas como Português e Matemática.

Dessa forma, surgem vários questionamentos tais como: Quem são os autores? Que informações eles possuem sobre a História do estado? Quais são suas fontes? Como a editora intervém nessa produção? Quais são os prazos disponibilizados para as etapas da produção? Como é feito o acesso às demandas de conteúdos? Utilizam pesquisadores locais? Como averiguam a qualidade da informação recebida? Qual o conhecimento do estado e de sua história? Qual o porte da editora? Qual a tiragem desse exemplar? E o mapeamento da adoção do livro?

Essas são algumas questões que podem ajudar a entender quais as possibilidades que o livro didático de História do Rio Grande do Norte oferece aos professores e alunos, buscando entendê-lo de forma ampla através do processo de produção, circulação e recepção do mesmo neste Estado entre as décadas de 1970 e 2000 que iremos encontrar em acervos particulares e públicos como o IHGRN e o Arquivo Público do Estado.

O caminho a ser trilhado

O presente projeto visa entender três momentos da formação do livro didático sobre o Rio Grande do Norte. O primeiro deles é a produção do livro didático, o

segundo é a circulação do mesmo e o terceiro é a recepção do livro, ou seja, de que maneira o livro didático de História do Rio Grande do Norte possibilita a apreensão dessa história e a ligação histórica entre os diversos períodos da História Nacional e como está sendo trabalhada a formação do cidadão norte-rio-grandense, já que essa é a primeira função da disciplina.

Tomamos como modelo para esse trabalho as etapas propostas pela obra de Peter Burke que analisa a imagem do Rei Sol, Luís XIV, e o processo de sua construção que compreende as etapas de produção, circulação e recepção da imagem, o que envolveu décadas e muito esforço, tanto de sua Corte quanto de si próprio, pois o autor deixa claro que Luís XIV tinha consciência da importância de desempenhar bem o seu papel e o fez com majestade. Seu reinado durou setenta e dois anos, tornando-se rei aos quatro. Por isso, também é possível notar a evolução de sua representação que se modificou ou se moldou ao longo de sete décadas.

Peter Burke não pretendeu oferecer mais uma biografia deste grande monarca, mas sim contribuir para a história da comunicação, da produção, circulação e recepção das formas simbólicas, preocupando-se com as representações deste monarca no seu tempo e qual o tratamento dado a essa imagem que era produzida. Seu objetivo era considerar a imagem real como um todo, analisar as imagens individuais de Luís XIV para revelar sua imagem pública em seu tempo, configurando-se como um estudo de caso das relações entre arte e poder e, mais especificamente, da ‘fabricação de um grande homem’⁸.

Para alguns historiadores, contemporaneamente, a representação de Luís XIV faz pensar em publicidade, propaganda política e manipulação da opinião pública. Porém, deve-se tomar um certo cuidado ao utilizar esses conceitos para não incorrer em anacronismos. Já no caso do livro didático de História podemos dizer que apesar dessas intenções serem veladas, elas vigoram ainda para atender a sua finalidade. Uma outra categoria que o autor se dispõe a tratar é a do mito, mais especificamente com “a realidade do mito, isto é, seus efeitos sobre o mundo externo aos meios de comunicação”⁹. O uso desta categoria remete a idéia de uma narrativa dando margem a interpretações, o que é possível verificar-se nas representações. No caso do livro didático podemos dizer que essas categorias encaixam-se muito bem por ele ser objeto

⁸ BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 14.

⁹ BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 18.

entendido como a última palavra em sala de aula, torna-se o mito da verdade incondicional e que acaba vigorando em razão dos professores do Ensino Fundamental não estarem instrumentalizados para questionar ou mesmo discordar dos dados oferecidos no livro didático.

Após a exposição do modelo que será adotado, é preciso apresentar as fontes que utilizaremos e explicitar como se darão as etapas.

As fontes que utilizaremos inicialmente nessa pesquisa serão os livros didáticos de História e Geografia do quarto ano do Ensino Fundamental produzidos pela Editora do Brasil produzidos por Aleuda Marinho e Carlos Noronha intitulado “Rio Grande do Norte, meu estado” e o livro didático produzido por Lílian Sourient, Roseni Rudek e Rosiane Camargo denominado “Rio Grande do Norte: Interagindo com a História e a Geografia”, bem como os materiais didáticos que podem ser usados como suporte pedagógico em sala de aula como os fascículos do jornal Diário de Natal: Personalidades da História do RN em dez fascículos, Os Mossoroenses, Nova História de Natal e Diário do Rio Grande do Norte.

A primeira etapa que será pesquisada é a da produção.¹⁰ Nessa fase buscaremos a história do currículo no estado, suas evoluções e as intersecções com os livros que circulam no nosso mercado, além disso, é preciso conhecer o íntimo da produção através da estrutura da editora, a escolha dos autores e como se dá o trabalho de escrita do livro didático de História do Rio Grande do Norte.

Na segunda etapa, estudaremos a recepção do livro didático de História do Rio Grande do Norte por parte dos professores e alunos da capital através de observação e discussão com o quadro docente.¹¹

Como etapa final precisaremos colher entrevistas que serão necessárias para a eficácia do terceiro momento quando queremos ouvir profissionais da Educação e os próprios educandos para detectar suas maiores dificuldades e sugestões que farão parte da composição da proposta que vamos tecer. Nesse momento da pesquisa estaremos baseados nos trabalhos Paul Thompson¹², Ecléa Bosi¹³ e Maurice Halbwachs¹⁴, pois estaremos entrando no campo da Memória e da História Oral que são metodologias

¹⁰ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura.** GATTI JR, Décio. **Estado e editoras privadas no Brasil.**

¹¹ Sobre a circulação dos livros didáticos consultar CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares.**

¹² THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado.** 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

¹³ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade.** Lembranças de velhos. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁴ HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

largamente utilizadas por historiadores e por cientistas de áreas afins, tendo sido bastante discutido no âmbito historiográfico para lhe oferecer um caráter mais científico. Contudo, acreditamos que é uma metodologia muito pertinente para compor o universo da pesquisa.